

EIXO 2 – Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar

ALGUMAS NOTAS SOBRE GESTÃO E EJA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DA FUSÃO À REDEMOCRATIZAÇÃO

Andrea da Paixão Fernandes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

andrea@uerj.br

Grupo de Pesquisa Formação em Diálogo: narrativas de professoras, currículos e culturas

Resumo:

Apresentamos uma leitura da gestão do sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro e de como os gestores dialogam com as demandas por escolarização tanto para pessoas com defasagem idade-série, como para jovens e adultos não alfabetizados. Destacamos o período compreendido entre 1975, com a criação do município e, também, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, até 1985, com a criação do Projeto de Educação Juvenil. Apropriamo-nos de leituras bibliográficas, de fontes documentais e depoimentos, refletindo sobre as práticas gestoras desenvolvidas no período e sobre a oferta de escolarização para o público citado.

Palavras-chave: gestão; EJA; sistema de ensino

O QUE ABORDAREMOS?

Buscamos, com este artigo, rememorar e dialogar sobre as trajetórias de gestão da educação no sistema de ensino do município do Rio de Janeiro, durante o período compreendido entre os anos de 1975 e 1985, a partir de uma leitura do enfoque que os gestores municipais atribuíam à oferta de educação para pessoas que se encontravam em faixa etária superior à compreendida para o curso do Ensino Fundamental – então ensino de 1º grau – dos 7 aos 14 anos.

Tal interesse reflete uma preocupação sobre o lugar da oferta de educação para pessoas jovens e adultas na estrutura do sistema público de ensino e se congrega à pesquisa recentemente realizada sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

A reflexão sobre a oferta de escolarização para pessoas jovens e adultas tem como foco a gestão do sistema. Por esse motivo, trazemos para o presente artigo a trajetória da educação e das possibilidades de oferta educacional para os que não conseguiram aprender a

ler e a escrever ou, ainda, não haviam concluído sua escolarização fundamental na idade considerada adequada pela legislação educacional brasileira.

Para dialogar sobre gestão educacional é preciso considerar que sua caracterização, assim como a da sociedade na qual se insere, passa por mudanças que são reflexos das transformações vividas. As demandas do cenário social, político e cultural, bem como as do mundo do trabalho influenciam as instituições escolares e as possibilidades de se ensinar e aprender nesses espaços. Como instituições maiores, as Secretarias de Educação precisam considerar toda a complexificação apresentada pelos cenários societários, incluindo, entre outros fatores, a legislação, as múltiplas e diversificadas formas de avaliação, os objetivos, as finalidades de uma educação organizada e implementada por um sistema e, ainda, as demandas apresentadas pelos sujeitos interessados nos “modelos” oferecidos por esse sistema.

O período compreendido neste ensaio abrange as décadas de 1970 e 1980, mais precisamente a partir de 1975, quando ocorre a criação do município do Rio de Janeiro e de sua Secretaria de Educação, que também congregava a Cultura, a partir da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, indo até 1985, quando o estado e o município do Rio de Janeiro vivem o período de implantação do Programa Especial de Educação (PEE) no âmbito de suas secretarias estadual e municipal de educação.

Considerando-se a história do Brasil, esse período é marcado pela Ditadura Militar, ainda na década de 1970, e em meados da década de 1980, vive o cenário histórico da redemocratização do Estado brasileiro.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO RIO DE JANEIRO E AS PRÁTICAS GESTORAS NO CAMPO DA EJA

Entendemos por gestão da educação o processo político e administrativo que considera a organização, a orientação e a viabilização das práticas sociais da educação e de seu desenvolvimento na educação.

Bordignon e Gracindo (2001), ao explicarem o termo “gestão da educação”, consideram haver relação entre gestão e administração, devido ao fato de que, para esses autores, “a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p. 147). Ou seja, há contextos do processo de gestão da educação em que a mesma se insere no patamar da ação administrativa, ao passo que há outros contextos em que se intenta politizar essa ação, ou, ainda, significar “gerência”, em alusão à era tecnicista da educação, ou apresentar-se como

opção para a ação político-administrativa, além da concepção que considera a contextualização e as práticas sociais da educação.

Segundo os mesmos autores,

a Gestão do Sistema Municipal de Ensino constitui-se, essencialmente, como um processo de articulação para o desenvolvimento da Proposta Político-Pedagógica das escolas de sua jurisdição. Esse processo se fundamenta e é conduzido segundo uma determinada concepção de educação e de sociedade (BORDIGNON e GRACINDO, 2001, p. 149).

Apesar de estarmos reconstruindo uma trajetória na qual predominou o perfil tecnicista de gestão da educação, a leitura que nos propomos a fazer dialoga com a concepção de gestão que considera os contextos nos quais a mesma se desenvolve e, também, as articulações que permitem o desenvolvimento de propostas que sejam possíveis no cotidiano da escola.

Ao se apresentar como uma trajetória que se constitui a partir de processos educacionais vivenciados no percurso, as ações desenvolvidas pelos sistemas junto a suas escolas, possibilitam a definição de projetos de cidadania (BORDIGNON; GRACINDO, 2001). É sob essa ótica que tratamos, por entendermos que ambos os contextos vividos na Rede Municipal do Rio de Janeiro, voltados para a escolarização de pessoas que não puderam viver esses processos na idade compreendida entre os 7 e 14 anos preocupam-se com a oferta de escolarização para esses sujeitos, então jovens e adultos, ainda que as políticas traçadas tenham delineados avanços e incompletudes.

Caracterizando nosso caso de estudo, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, cabe ressaltar que, no ano de 2008, quando desenvolvemos este levantamento, tinha sob sua gestão, 1.062 escolas, com oferta de Educação Infantil (pré-escola) e de Ensino Fundamental.¹ Destas, 114 escolas ofereciam a modalidade Educação de Jovens e Adultos.² Em termos espaciais, a SME/RJ se organiza, desde 1995, em dez Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Nas 1.062 unidades escolares e 254 creches encontravam-se matriculados 727.776 estudantes, compreendendo a Educação Infantil (creche e pré-escola) e o Ensino Fundamental (regular e modalidades Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos). No entanto, essa história tem sua origem no ano de 1975, com a criação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura³, num momento histórico e político de grandes transformações para a cidade do Rio de Janeiro.

O município do Rio de Janeiro nasce em 14 de março de 1975, a partir da fusão do Estado da Guanabara, cuja capital era a cidade do Rio de Janeiro, com o Estado de mesmo nome, cuja capital era a cidade de Niterói.

O Brasil, na década de 1970, ainda convive com o período da Ditadura Militar. Seus prefeitos não eram eleitos, mas indicados. Desde 1975, com o primeiro prefeito após a fusão, passamos a observar, no município do Rio de Janeiro, concepções diferenciadas de administração no âmbito da prefeitura da cidade. Tais diferenciações configuram-se de acordo com o modelo de gestão municipal que fora implementado em cada época.

O contexto de mudanças caracterizava fortemente esse período no município e, também, na gestão educacional. Segundo Bastos (2002), nas décadas de 1970-1980 a sociedade se organizava em torno da construção de propostas de projeto político que fossem suficientemente capazes de garantir a participação popular nas ações administrativas do setor público, incluindo-se a esfera educacional. Esse cenário de construção de uma prática participativa permeia as trajetórias do que denominamos, neste ensaio, de gestão da educação para pessoas jovens e adultas na prefeitura do Rio de Janeiro.

A primeira Secretária Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, professora Terezinha Saraiva⁴, tinha sob responsabilidade trinta e três mil professores e 683.983 estudantes matriculados. Para conhecer de forma mais fundamentada a radiografia da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, a Secretária organizou um censo escolar, o qual lhe foi extremamente importante para a organização de todo o sistema de ensino. Segundo a Secretária:

A finalidade do censo era, primeiro, levantar nome e endereço de quem estava fora da escola na idade em que devia estar estudando. Não era um censo quantitativo, era um censo qualitativo. Se estudava em escola particular, qual era escola particular. Se estudava em escola pública, qual era a escola pública. Qual a distância que ele percorria da casa dele à escola pública, que foi o que me levou a criar o passe escolar (SARAIVA, 2007, p. 39).

Também relevante a partir da realização desse censo escolar foi a identificação de onde havia real demanda para a construção de novas escolas. Segundo a professora Terezinha Saraiva, naquele período o município chegou a atingir o índice de 98% das crianças em idade escolar matriculadas.

Em depoimento concedido à autora para pesquisa de onde partimos para a redação deste artigo, a professora Terezinha Saraiva (2009) declarou que⁵

O primeiro censo escolar do Município do Rio de Janeiro foi realizado em setembro de 1975 com o objetivo de cumprir o preceito constitucional para a obrigatoriedade escolar para a população de 7 a 14 anos, a partir do diagnóstico correto da situação do ensino na nova unidade que acabara de ser criada – o município do Rio de Janeiro. Como íamos recensear todas as casas do município foi uma coisa do universo, não foi uma amostra não, incluímos, além do levantamento das crianças de 7 a 14 anos, o levantamento das crianças de 2 a 6 anos, uma vez que oferecíamos uma educação pré-escolar e, também, para poder acompanhar o crescimento vegetativo da população. Aproveitamos para levantar, também, a situação dos adolescentes de 15 a 18 anos que já deveriam ter terminado o curso, mas que muitos deles frequentavam as turmas de ensino regular. Além disto, levantamos os moradores do Rio maiores de 15 anos, analfabetos, para encaminhar a relação nominal com os respectivos endereços para o MOBRAL. [...] Os resultados do Censo Escolar foram compasso e bússola para todo o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro de 1975 a 1979. Todas as medidas que eu tomei foram baseadas nas informações que eu levantei no censo. Foi pelo censo que definimos as áreas onde precisávamos construir novas unidades escolares.

Com essa iniciativa, a primeira gestora da educação municipal procurava caracterizar a população da cidade do Rio de Janeiro em relação às demandas, traçando o perfil dos estudantes e dos que, ainda que estivessem fora do espaço escolar, demandassem pelo acesso às salas de aula.

Conforme depoimento da professora Terezinha Saraiva, dentre os mais de 600 mil estudantes, havia pessoas na faixa etária de 15 a 18 anos frequentando o então ensino de 1º grau, além dos que se encontravam em situação de defasagem idade-série, além dos que ainda não tinham se alfabetizado. Tal cenário explicitava a demanda por atendimento às pessoas adultas que não tinham podido estudar na idade considerada adequada, ou mesmo não puderam concluir os seus estudos. Com os dados analisados, nascia, naquele momento, a primeira ação voltada para as pessoas jovens e adultas⁶ no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando-se as especificidades de um município recém-criado, bem como sua Secretaria de Educação.

A criação do que poderia ser considerada como a primeira política de atendimento às pessoas jovens e adultas no âmbito da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro foi criada nesse período a partir de duas parcerias: as escolas estaduais e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), já que a Rede Municipal de Educação não tinha a oferta de ensino supletivo. Para tanto, a Secretaria de Educação fez um convênio com o governo estadual, por meio do qual disponibilizava os prédios das escolas municipais para que a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro⁶ garantisse o atendimento, no horário noturno, para o ensino supletivo. Para atender aos maiores de 15 anos que não tinham se alfabetizado, foi estabelecida uma parceria com o MOBREAL.

Anos mais tarde, já na década de 1980, a oferta referendada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de atendimento a esse público-alvo foi datada pelas discussões com vistas à construção do Programa Especial de Educação, na época de implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). A perspectiva era de edificação de um projeto político de educação que fosse capaz de incluir a participação de representações de segmentos da estrutura da Secretaria Municipal, no contexto da construção de propostas educacionais, com vistas à organização e experimentação do projeto-piloto do Projeto de Educação Juvenil (PEJ). Os registros desses encontros compõem um livro de reuniões, constando a pauta e deliberações do grupo sobre currículo, funcionamento, estrutura pedagógica, formação dos professores, dentre outros temas tratados nas diversas reuniões realizadas à época.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura nesse período, professora Maria Yedda Linhares⁷, afirmou em depoimento⁸, a preocupação da Secretaria com a alfabetização. “Tinha que haver uma data inicial e uma terminalidade e que não deveria haver repetência nas primeiras séries” (LINHARES, 2007, p. 150). A proposta daquela gestão para a alfabetização era garantir um período de dois anos para tal.

Mais adiante, a professora Maria Yedda Linhares afirma (LINHARES, 2007, p. 150):

No fundo, a escola pública estava reproduzindo a sociedade iletrada do país. Ela não estava sendo a escola específica para uma população específica, uma população que tinha tradições culturais diferentes da população de Copacabana, de onde quer que seja. Não fui bem sucedida. Não consegui transmitir essa noção de que a escola é uma escola dirigida a todos, que tem que ser uma escola capaz de dar uma ajuda concreta a totalidade das crianças que acorrem a esta escola. Isso é muito difícil.

Paralela e gradativamente, as ações voltadas para estudantes que não conseguiram concluir o ensino de 1º grau na idade considerada adequada pela legislação (7 aos 14 anos), vão fazendo parte da realidade de oferta educacional dessa Rede de Ensino. A década de 1980 constitui um marco muito importante para esse processo e sua posterior consolidação.

No cenário nacional, a educação brasileira passava por significativas mudanças na década de 1980. Por um lado, a abertura política possibilitou a realização de debates sobre as questões educacionais e a crise enfrentada nessa área. A participação dos movimentos populares e sociais foi de grande importância na luta pelo acesso à educação escolar; nessa esteira, congressos, conferências e demais eventos voltados para discutir a situação educacional no país foram realizados. Destaca-se, nessa década, a realização das cinco edições da Conferência Brasileira de Educação (CBE), para a qual foi significativa a atuação de três entidades – Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPED)⁹; o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), sediado na UNICAMP e criador da revista “Educação e

Sociedade”; a Associação Nacional de Educação (ANDE), constituindo-se como organizadoras das CBEs e, também, a participação das universidades que a sediaram – PUC/SP, UFMG, UFF, UFG e UCG, UNB – com destaque para a IV CBE, realizada em Goiânia no ano de 1986, com a aprovação da Carta de Goiânia que continha um conjunto de eixos que, segundo fora aprovado na Conferência, deveria integrar a nova Constituição Federal Brasileira. Eixos estes que proclamavam a perspectiva do direito de todos à educação básica; ensino público laico e gratuito em todos os níveis de ensino; obrigatoriedade do ensino fundamental de 8 anos para todos; mínimo de 4 horas de aula/dia por um mínimo de 5 dias da semana; promoção do ensino fundamental público e gratuito para os jovens e adultos; responsabilidade do Estado em compatibilizar necessidade de trabalhar com direito à educação; dentre outros.¹⁰

No cenário municipal, duas foram as ações de atendimento aos estudantes que já se encontravam, à época, com idade avançada para o curso do então 1º grau: a criação do Projeto de Educação Juvenil (PEJ) e a criação do ensino de 1º grau regular noturno, no final dessa década¹¹. Ambas podem ser consideradas como políticas públicas de gestão de um sistema de ensino para o atendimento a uma demanda educacional em expansão.

Abordamos neste artigo somente a primeira dessas ações, que culminou com a criação do PEJ, datada de 1985, após a constituição de um grupo de trabalho no ano anterior e que tinha por meta implantar o projeto-piloto do PEJ. Esse projeto-piloto previa o desenvolvimento do trabalho em três escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Esse período foi permeado por avanços e dificuldades, inerentes a todo processo de construção democrática e coletiva.

O Projeto de Educação Juvenil constituía-se como parte do novo programa de educação que seria implementado ainda na gestão da professora Maria Yedda Linhares. Tal programa – o Programa Especial de Educação (PEE) – não desconsiderava a Rede Municipal de Educação existente; fazia-se como parte dela. Trazia em sua estrutura a construção de quinhentos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e a criação de Escolas de Demonstração, remetendo-se aos modelos de escola da época de Anísio Teixeira.¹²

Mas, o que era o Programa Especial de Educação (PEE)?

Tendo como diretriz básica e fundamental a recuperação da escola pública e de seu ensino, o principal objetivo do PEE era “consolidar um ensino público moderno, bem aparelhado e democrático, capaz de ensinar todas as crianças a ler, escrever e contar no tempo devido – e com a correção desejável” (RIBEIRO, 1986, p. 35). O PEE tinha em sua concepção três grandes metas centrais: a primeira consistia na expansão da rede pública de

ensino, tendo por objetivo extinguir o terceiro turno e garantir, no mínimo, 5 horas-aula a todas as crianças e, também, na criação de 1.000 Casas da Criança¹³; a segunda meta fundamental era a instituição das “escolas de dia completo”, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), também implantados em áreas de maior densidade populacional e de pobreza, que passaram a ser conhecidos como *Brizolões*; a terceira, era o aperfeiçoamento do magistério, tanto o que está em serviço, como o que ingressava na carreira (RIBEIRO, 1986).

Os CIEPs foram projetados para atender a 1.000 estudantes de 1ª a 4ª série ou de 5ª a 8ª série, separadamente, no horário de 8 às 17 horas, com aulas, recreação, ginástica, três refeições e banho diário. No horário noturno – de 18 horas às 22 horas – a previsão era de atendimento a 400 jovens de 14 a 20 anos, não alfabetizados ou com baixa escolaridade. Além desse atendimento no diurno e noturno, foi construído em suas dependências abrigo com capacidade para atender 12 meninos e 12 meninas em situação de abandono social: os alunos-residentes.

O Projeto de Educação Juvenil, ao se constituir como uma das metas do PEE, possibilitava a reinserção social dos jovens de 14 a 20 anos, por meio de ações político-pedagógicas que fossem coerentes com as demandas apresentadas por aqueles sujeitos. Cabe ressaltar, ainda, que os estudantes do horário noturno das escolas públicas vinham passando por situações de discriminações diversas, sendo relegados a posições inferiores aos seus colegas matriculados no horário diurno.

Assim, objetivando uma radical modificação desta forma de se encarar a parcela da juventude que já havia passado da idade de escolarização obrigatória e que, portanto, encontrava-se marginalizada dentro de uma sociedade letrada, bem como o resgate de sua cidadania, o Projeto de Educação Juvenil ofereceu a esses jovens uma escola que lhes apresentava um espaço onde fossem respeitados e comprometidos em suas particularidades e, além disso, também recebessem atendimento na área de saúde, da cultura e da educação, de acordo com a necessidade de cada um (ARANTES, 1998, p. 69-70).

O PEJ nasce com a responsabilidade de garantir aos estudantes de 14 a 20 anos “o papel social que tem sido historicamente negado à escola” (RIBEIRO, 1986, p. 80), possibilitando que o estudante se reestruture enquanto ser humano e, com vistas à sua (re)inserção na sociedade em que vive. Isso ocorre no início da década de 1980, no momento de abertura política posterior ao regime ditatorial quando são criadas as condições necessárias para a existência de programas de educação que tenham como foco uma proposta de caráter político-ideológico, com currículo e metodologias adequadas aos jovens nessa faixa etária e

tendo como princípio uma oferta de educação que fosse capaz de dialogar com a classe popular que, historicamente, vem ficando à margem do processo educacional no Brasil.

No Estado do Rio de Janeiro, a preocupação prioritária do governo populista e socialista de Leonel de Moura Brizola (PDT) era a educação e, principalmente, a alfabetização de crianças, jovens e adultos, em uma proposta que articulava as esferas estadual e municipal da capital fluminense. Nesse contexto, o PEJ visa a introduzir uma nova prática e concepção educacional no sistema formal de educação no âmbito do estado do Rio de Janeiro, destinado aos jovens analfabetos ou analfabetos funcionais e possibilitando o desenvolvimento do domínio da leitura, da escrita e do cálculo, além de contar em sua estrutura pedagógica com a oferta de atividades culturais, de recreação e de lazer.

Voltado, em seus primeiros anos de existência, para a alfabetização, o PEJ consistia em uma experiência ímpar no que se referia ao atendimento, naquela época, às pessoas que se encontravam na faixa etária de 14 a 20 anos.

Localizado no âmbito do Programa Especial de Educação, o PEJ tinha como objetivo prioritário oferecer educação e escolarização para jovens que se encontravam na faixa etária de 14 a 20 anos e que já tinham passado pela escola, fazendo desse momento o seu retorno, ou mesmo para aqueles que nunca tinham estudado. Segundo Henriques (1988), grande parte dos estudantes que tinham abandonado a escola na época da realização de sua pesquisa, saíram porque a escola não dialogava com as demandas da sua classe, a classe popular. Duas inferências são possíveis: houve desinteresse dos estudantes pela escola ou tinham condutas não condizentes com o esperado pelas instituições onde estudavam, o que fazia com que a escola sugerisse a seus responsáveis a transferência para a então educação juvenil.

É dentro desse contexto que o Projeto de Educação Juvenil é implementado na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro como política pública de gestão no campo da educação juvenil e, posteriormente, ampliando o atendimento para pessoas jovens e adultas; política esta que perdura até os dias atuais.

SÍNTESE DOS CONTEXTOS DE GESTÃO E A OFERTA DE ESCOLARIZAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS, NO PERÍODO TRATADO: ABERTURAS E INCOMPLETUDES

Como podemos identificar, a preocupação da Secretaria de Educação da Cidade do Rio de Janeiro com o atendimento às pessoas que não tiveram oportunidade de estudar na idade considerada adequada ou que precisaram sair da escola devido às diferentes

necessidades impostas pela vida, nasce conjuntamente com a criação do município do Rio de Janeiro.

Naquele momento, o Brasil encontrava-se no período ditatorial e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que fora criado nos anos de chumbo em lugar dos movimentos de educação popular que concebiam a alfabetização na perspectiva conscientizadora, conforme o pensamento freiriano, era a política pública, em nível federal, para alfabetizar os adultos, mas com uma concepção diferente da proposta por Paulo Freire nos movimentos da década de 1960.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, identificando o quadro de defasagem idade-série e de analfabetismo no município recém-criado, a partir da realização daquele que fora o primeiro censo escolar da municipalidade, desenvolveu uma ação voltada a esse público-alvo: a matrícula dos jovens e adultos analfabetos no MOBRAL. Aos já alfabetizados, o convênio com a Secretaria de Estado da Educação e Cultura garantiu a continuidade dos estudos para esses sujeitos.

Os alunos com idade superior a 16 anos, matriculados na rede regular municipal que estudavam da segunda a sexta série, foram encaminhados para o supletivo de acordo com o entendimento da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, que, aquela época, cabia ao município o ensino regular. Nós não atendíamos o ensino supletivo (Terezinha Saraiva, 2009).

Embora se tratasse de período ditatorial, o que estava sendo pensado e implementado em âmbito municipal, constituía-se como um processo de democratização do acesso à escolarização para essas pessoas que necessitavam regularizar sua condição de escolaridade, constituindo-se, portanto, como avanço. Tais ações foram balizadoras para a construção do cenário atual da EJA no sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro, considerando-se suas demandas e condições de ofertas.

Outro avanço que se materializou na década seguinte, com a abertura política e o fim da Ditadura Militar, foi uma proposta nascida do movimento socialista e populista através do Partido Democrático Trabalhista (PDT) dando início a uma trajetória de inclusão das pessoas com defasagem idade-série e, também, as não alfabetizadas nos espaços escolares por meio do programa educacional da administração pedetista no estado e no município do Rio de Janeiro nos anos 1980, que se configurou com a construção dos CIEPs e a criação do PEE.

Cabe ressaltar que, no Rio de Janeiro, a década de 1980 representa um marco muito importante para a ampliação dos debates sobre educação, assim como para a expansão de sua oferta, incluindo-se a preocupação dos governos estadual e municipal com a escolarização de adolescentes e jovens que se encontravam com defasagem idade-série.

Em 1984, com a construção do projeto-piloto que previa o desenvolvimento da estrutura do PEJ, nascia a nova proposta para atendimento a esses estudantes.

Dessa forma, retomando a análise da oferta de escolarização nas escolas municipais do Rio de Janeiro, cabe ressaltar que o PEJ consistia em uma proposta alternativa e inovadora de construção de relações entre escola, professores e estudantes. Para Henriques (1988, p. 42),

[...] procurou-se criar uma nova relação entre a escola e os professores, de um lado, e os jovens alfabetizando de outro, uma relação de troca entre o saber universal e científico da escola e o saber das camadas populares, produzido na luta pela sobrevivência.

Ainda que as três escolas que participaram do projeto-piloto tenham oferecido o PEJ em caráter experimental, o marco inicial do Projeto de Educação Juvenil ocorre em 1985, quando o mesmo toma corpo com sua implantação em 23 CIEPs das Redes Estadual e Municipal de Educação do Rio de Janeiro, conforme as demandas que foram surgindo.

Segundo Ribeiro (1986, p. 77),

O Programa¹⁴ de Educação Juvenil está estruturado para recuperar a parcela da juventude que já ultrapassou a idade de escolarização obrigatória, mas que, por permanecer analfabeta, está marginalizada num meio social em que o domínio do código letrado é indispensável. [...]. O que se pretende não é apenas deflagrar um processo de alfabetização que leve a uma utilização consciente do código gráfico, mas formar, entre os jovens, uma consciência crítica do mundo e da sociedade. Na filosofia do CIEP, procura-se criar uma nova relação entre a escola e os professores, de um lado, e os jovens alfabetizando de outro: uma relação de troca entre o saber universal e científico da escola e o saber das camadas populares, produzido na luta pela sobrevivência.

Inicialmente, sem conferir certificação ou qualquer outra espécie de documentação oficial, os estudantes que se matriculavam no Projeto, conforme concluíam o tempo de dois anos do curso originalmente destinados à alfabetização, eram encaminhados para outras escolas para continuar sua escolarização. Embora demonstrasse certa incompletude ao não ter, de início, oficialmente, um caminho que assegurasse a permanência e a continuidade desses jovens na escola, o PEJ representou um significativo avanço, sobretudo no que se refere à oferta de escolarização para aqueles que a escola regular não se apresentava mais como opção.

Posteriormente a 1985 outros rumos foram se delineando e possibilitando leituras em que essas incompletudes foram se configurando muito mais como avanços. A comprovação disso se faz por meio de registros de que o atendimento a esses sujeitos como política pública de governo se fez presente em todas as administrações municipais subsequentes, passando o PEJ por evoluções até ser reconhecido como Programa de Educação de Jovens e Adultos, em

2005, e mantendo-se como política pública municipal para a EJA, assegurada até os dias atuais.

NOTAS

¹ Dentre as 1062 unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 67 ofereciam somente a pré-escola. Nesse total estão incluídas as escolas que ofereciam, à época, a Educação de Jovens e Adultos e uma unidade escolar voltada, somente, a esta modalidade de ensino, em três turnos: o Centro Municipal de Referência da Educação de Jovens e Adultos (CREJA). Além desse quantitativo, a Rede Municipal administrava 250 creches distribuídas pelas dez Coordenadorias Regionais de Educação. Também eram administrados pela SME/RJ 20 polos de Educação pelo Trabalho, 9 Núcleos de Artes, 12 Clubes Escolares e 1 Centro de Referência da Educação Pública (CREP).

² Fonte: E/ATP – Informações Gerenciais – março/2008 e planilha da mov. 00 – março/2008. Disponível em <http://sme/servicos/numerosSme/...> . Acesso em 28/07/2008.

³ Criado pelo Decreto nº 15, de 23 de maio de 1975.

⁴ Sua gestão ocorreu no período de 1975 a 1979.

⁵ Depoimento concedido à autora em 28 de outubro de 2009.

⁶ Embora nessa época o campo da educação não utilizasse a expressão jovens para fazer referência ao atendimento educacional às pessoas com defasagem idade-série ou que nunca tiveram oportunidade de estudar, nos apropriaremos aqui da mesma, tendo em vista estarmos tratando de uma demanda que era real – pessoas com mais de 15 anos fora dos muros da escola ou ainda que dentro deles, ainda não alfabetizadas.

⁷ A professora Maria Yedda Linhares foi Secretária Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro no período de 1983 a 1986.

⁸ Depoimento concedido ao Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro e publicado em: Centro de Referência da Educação Pública. *Memórias da Educação Pública*. v.1, Rio de Janeiro: SME/CREP, 2007.

⁹ Posteriormente a ANPED passa a se denominar Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação”.

¹⁰ Cf. Cunha (1995), as Conferências Brasileiras de Educação foram assim realizadas: I CBE – abril/1980, PUC/SP; II CBE – junho/1982, UFMG; III CBE – outubro/1984, UFF/Niterói; IV CBE – setembro/1986, UFG e UCG/Goiânia; V CBE – agosto/1988, UNB.

¹¹ O Ensino de 1º Grau Regular Noturno foi criado em 1988, na gestão do Secretário Moacyr de Góes. Foi extinto na década de 1990, após movimentos de resistência por parte de professores das escolas que o ofereciam, liderados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, além de seus estudantes que, em sua maioria, foram matriculados no PEJ.

¹² A Secretária Maria Yedda Linhares, em seu depoimento (2007), tece críticas ao PEE e a implantação dos CIEPs. Ela avalia que “não era um prédio, não era uma idéia por mais bonita que fosse que iria modificar um problema social, um problema cultural que estava enraizado na cidade do Rio de Janeiro. Um problema nacional e local, historicamente gerado na sociedade brasileira como um todo. (...) O CIEP foi pensado grandiosamente e generosamente pelo Darcy para o Brasil, de uma forma invejável. (...) A parte estética teria que ser abandonada, um pouco, para poder cumprir seus objetivos (LINHARES, 2007, p. 155-156). Perguntada pelos entrevistadores se enfrentou algum problema administrativo no PEE, a professora Maria Yedda, respondeu positivamente e afirmou que continua “achando que foi um pouco exagerado a concepção do Programa de Educação, um pouco otimista demais e extremamente idealista” (op. cit, p. 156). No entanto, mesmo com todas essas críticas, a professora reconhece que os CIEP foi o principal marco de sua gestão.

¹³ Casas da Criança eram unidades escolares construídas nas regiões mais populosas e carentes do município, voltadas para o atendimento de crianças na faixa etária de 3 a 6 anos.

¹⁴ Apesar do uso do termo “Programa”, por alguns autores, para fazer referência ao PEJ, desde sua concepção até a alteração aprovada pelo Parecer CME-RJ/CEB nº 06/2005, a educação juvenil foi, oficialmente, denominada Projeto de Educação Juvenil (PEJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Jorge. *Programa Especial de Educação: um projeto político*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

- BASTOS, João Baptista. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas e compartilhadas. In: _____ (org.). *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carrapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói: EdUFF; Brasília: Flacso do Brasil, 1995.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: In: BASTOS, João Baptista. (org.). *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HENRIQUES, Marilda de Jesus. *Programa de Educação Juvenil – uma nova proposta de alfabetização de adolescentes*. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro, 1988.
- LINHARES, Maria Yeda Leite (entrevista). In: CENTRO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (org.). *Memórias da educação pública: depoimentos de Secretários de Educação*. v. 1. Rio de Janeiro: SME: CREP, 2007.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (PCRJ). Parecer CME/CEB nº 06/2005. Aprova alterações no funcionamento do PEJ e dá outras providências. *Publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro* (D.O. Rio). Ano XVIII. N. 214, de 01/02/2005.
- RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.
- SARAIVA, Maria Terezinha Tourinho (entrevista). In: CENTRO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (org.). *Memórias da educação pública: depoimentos de Secretários de Educação*. v. 1. Rio de Janeiro: SME: CREP, 2007.
-